

Cascavel, 23 de fevereiro de 2023.

Referência: Processo nº 001518/2022

Pregão Eletrônico 0041/2023 – UNIOESTE/HUOP

Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por item, objetivando a aquisição de equipamentos médicos para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

***Ementa:** Análise de pedido de impugnação em face do descritivo do item 01.*

I - DOS FATOS

Trata-se de pedido de *impugnação* enviado pela empresa **Olympus Optical Do Brasil Ltda**, CNPJ: nº 04.937.243/0009-69, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por item, objetivando a aquisição de equipamentos médicos para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

A empresa:

“ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO
PARANÁ

À

COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023

PROCESSO Nº 001518/2022

Prezado(a) Senhor(a),

OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Vereador Germano Luiz Vieira nº 500, Armazém 03, Parte 3 Bomi, Bairro Itaipava – Itajaí - SC - CEP: 88316-70, inscrita no CNPJ sob o nº 04.937.243/0009-69, neste ato representada por sua procuradora e sua representante legal (Procuração anexa), vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro na legislação pertinente e em especial o item 3 e seguintes do citado Edital, apresentar IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO, COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

ao Pregão Eletrônico em epígrafe, pelos motivos e fundamentos que a seguir passará a expor:

1 – DA TEMPESTIVIDADE:

O edital que dá lastro ao pregão ora referido menciona, em seu item 3.2 que:

“3.2 - Até (03) três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do presente pregão eletrônico, na forma eletrônica, conforme prevê o Art. 24 do Decreto n.º 10024/2019.”

Considerando-se que a abertura da sessão pública está prevista para o próximo dia 27 de fevereiro (segunda-feira), tem-se que a contagem retroativa de 03 (três) dias úteis recairá na sexta-feira, ou seja, dia 17 de fevereiro.

Sendo assim, pleiteia-se desde já a admissibilidade da presente impugnação, posto que inequivocamente tempestiva.

2 – DOS FATOS:

Conforme Item 2 – Do Objeto, o presente certame se trata de um Pregão Eletrônico do tipo “Menor Preço por Item”:

(imagem)

Ocorre que, após análise do descritivo técnico do Item 1 – Foco Cirúrgico verificamos que o edital solicita uma Torre de Videocirurgia e um Foco Cirúrgico, dentro do mesmo Item, e que não há nenhuma necessidade de serem licitados juntos.

Desta forma, a impugnante pretende, através da presente impugnação, solicitar que seja feito o desmembramento dos produtos, ampliando assim, o leque de empresas participantes.

2.1 – DOS PRODUTOS EM UM ÚNICO ITEM:

Conforme já mencionado, observamos o agrupamento de equipamentos diversos no mesmo item. Ressaltamos que, são equipamentos distintos e que não funcionam em conjunto. Ou seja, não há qualquer interação ou compatibilidade entre eles.

Os itens que estão sendo licitados dentro do único item comportam plena divisibilidade, e a junção de equipamentos autônomos e distintos em um mesmo item ofende a competitividade e a busca pela melhor proposta, tendo em vista que diversos licitantes podem se especializar em fornecer determinado produto e não tem tamanha gama de materiais em seu portfólio para atender o item por inteiro.

Ademais, ao considerar um item composto por equipamentos autônomos, sem seu desmembramento, o órgão restringe a competitividade entre os participantes, em clara infringência ao Art. 3º, § 1º, inciso I da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), pois a Administração compromete o caráter competitivo a licitação e a igualdade de condições entre os participantes.

Ressalta-se ainda que, o Tribunal de Contas da União já tratou sobre o assunto na Súmula 247 do mesmo, que estabelece: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto,

possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.” – Súmula 247, TCU

Além disto, infringe diretamente ao disposto no Art. 15, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, que também consagra a divisibilidade de itens, nos seguintes termos:

“Art. 15 – As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

IV – Ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.”

Lei Nº 8.666/93

Assim sendo, temos que, a ora Impugnante não pode ser impedida de participar em itens que atende plenamente, simplesmente pelo motivo de não

possuir os demais itens autônomos incorporados no objeto do certame.

Portanto, a licitação, não poderá seguir nos termos

atualmente publicados, cujo efeito será afastar potenciais licitantes do certame. Assim, buscando-se que se obtenha a proposta mais vantajosa aos interesses públicos e que se prestigie os princípios de direito público, requer-se o deferimento do desmembramento nesta Impugnação.

3 – DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto acima, a presente empresa Impugnante vem à presença de Vossa Senhoria, com o devido respeito, requerer:

(i) seja conhecida e acolhida a presente Impugnação a fim de que o referido Edital seja revisto e alterado de forma a garantir a justa e isonômica participação de todos os potenciais licitantes;

(ii) O desmembramento do equipamento “Foco Cirúrgico” dos demais produtos do Item 1, para que seja licitado como um outro Item separado, podendo assim, as licitantes oferecerem propostas para os itens individuais. Nestes Termos, Requer Deferimento. Itajaí, 16 de fevereiro de 2023.

OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA

04.937.243/0009-69”

Pois bem!

Tratando-se de análise técnica, os fatos relatados pela empresa impugnante foram encaminhados para apreciação da Equipe Técnica, cuja é a competência.

Passaremos aos esclarecimentos e manifestações do que compete à análise da Equipe Técnica. Considerando que a pregoeira não detém conhecimento técnico específico para julgar os quesitos técnicos exigidos em Edital, daí a necessidade

de segregar as competências no processo licitatório resguardando o fiel cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Para isso, encontramos amparo no Acórdão 135/2005 Plenário: “É obrigatório que a Comissão Permanente de Licitação não delegue competências exclusivas de sua alçada, tais como habilitação e julgamento das propostas, para outras unidades da empresa, conforme preconiza o art. 6º, inciso XVI, c/c o art. 45, todos da Lei 8.666/1993, ressalvada a possibilidade de solicitar parecer técnico ou jurídico relativo à matéria submetida à sua apreciação.”

Corroborado pelo Acórdão 1182/2004 Plenário: “Possibilite a participação de profissionais legalmente habilitados na Comissão de Licitação, sempre que a especificidade do objeto assim o justifique, em cumprimento do disposto no art. 51 da Lei 8.666/1993.”

Neste sentido, o instrumento convocatório aponta que qualquer esclarecimento e informações sobre amostras, catálogos, e ainda especificações técnicas dos produtos são de atribuição da equipe técnica.

Dito isto, segue parecer emitido pela equipe técnica:

“Segue resposta:

Do pedido de impugnação: -(ii) O desmembramento do equipamento “Foco Cirúrgico” dos demais produtos do Item 1, para que seja licitado como um outro Item separado, podendo assim, as licitantes oferecerem propostas para os itens individuais.

Edital solicitava:

"No mínimo deverá ser disponibilizada uma saída de vídeo de alta resolução para a interface externa (interface com a torre de videocirurgia) e uma saída de vídeo de alta resolução para comunicação com o monitor de vídeo através do painel de comando; "

Resposta: - Ocorre que o edital solicitava apenas uma saída de vídeo do foco cirúrgico compatível com a torre de videocirurgia; entretanto; pode-se observar na republicação do edital (2), que esta solicitação foi retirada.

att,

*Edson Marcos Gonçalves
Patrimônio”*

Estes são os fatos apresentados.

Portanto, analisando a alegação da empresa impugnante, o parecer emitido pelo Setor de Patrimônio e análise dos autos, conclui-se não haver motivos sólidos e justos no pedido em tela, mantendo-se o edital conforme já publicado.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recebo a presente impugnação, por ser tempestiva, mas nego-lhe provimento.

Assim, o edital será mantido conforme já publicado.

Atenciosamente,

Andressa Folchini

Pregoeira